

Gunter, Valerie; Kroll-Smith, Steve, *Volatile Places, A Sociology of Communities and Environmental Controversies*

Eduardo Basto



Electronic version

URL: <http://rccs.revues.org/735>

ISSN: 2182-7435

Publisher

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Printed version

Date of publication: 1 décembre 2007

Number of pages: 151-153

ISSN: 0254-1106

Electronic reference

Eduardo Basto, « Gunter, Valerie; Kroll-Smith, Steve, *Volatile Places, A Sociology of Communities and Environmental Controversies* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 79 | 2007, colocado online no dia 01 Outubro 2012, criado a 30 Setembro 2016. URL : <http://rccs.revues.org/735>

The text is a facsimile of the print edition.



Recensões

Gunter, Valerie; Kroll-Smith, Steve, *Volatile Places, A Sociology of Communities and Environmental Controversies*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Pine Forge Press, 2007, 241 p.

Valerie Gunter, professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Nova Orleães, e Steve Kroll-Smith, responsável pelo Departamento de Sociologia da Universidade da Carolina do Norte em Greensboro, apresentam este livro como sendo um guia de estudo de conflitos ambientais para estudantes de vários níveis. A colocação, no final de cada capítulo, de exercícios a realizar pelos estudantes reforça essa apresentação e ilude, de certa forma, a densidade das propostas metodológicas e teóricas a que a obra, na realidade, procede.

Essas propostas consistem na abordagem dos conflitos ambientais a partir do questionamento da forma como essas controvérsias, e os factos (sociais e “em bruto”, ou seja, independentes da acção humana) que as moldam e desencadeiam, resultam das (e nas) dinâmicas das comunidades em que ocorrem. Em suma, de que forma se intersectam as comunidades e o ambiente. A comunidade é aqui entendida, de resto, num sentido próximo dos *community studies*, como algo de claramente delimitado do ponto de vista geográfico, mas que aqui passa a incluir os elementos naturais, e já não apenas as relações sociais. A comunidade será, portanto, o produto socializado, pós-natural, da acção humana. Não obstante a expansão do conceito, esta não deixa de ser uma concepção “hermética”, do ponto de vista espacial, de comunidade, que deixa de fora os processos, e as partes dos processos, que ocorrem a outras escalas. Na introdução, os autores justificam a sua opção por esta perspectiva estar, a seu ver,

subrepresentada nos estudos de Sociologia do Ambiente. Estes tendem a centrar-se mais na acção de determinados grupos, nomeadamente de activistas, desprezando o desafio que a socialização da natureza representa para as comunidades, o *ground zero* do mundo global, que é onde os problemas fazem sentir os seus efeitos, independentemente da escala a que são gerados. E esta abordagem estrutura-se em torno de dois motivos ou dispositivos: um, taxionómico, que distingue os três tipos de conflitos ambientais existentes, que serão de relevância maior para a discussão teórica que serve de conclusão à obra; outro, pedagógico e conceptual, que se centra na abordagem de portefólio (*portfolio approach*).

Esta abordagem, de carácter indutivo, destina-se a salientar aquilo que distingue cada comunidade e cada disputa ambiental – visa lidar com o inesperado em cada situação e desenvolver modelos analíticos que transcendam, depois, as especificidades de cada caso. Não se trata de um quadro teórico abrangente, mas antes de um conjunto de ferramentas para a investigação que se baseia na elaboração de perguntas, organizadas em conjuntos significativos do ponto de vista da cartografia das situações em estudo, que irão sendo levantadas ao longo da obra, com recurso a exemplos. Estas perguntas começam num nível puramente descritivo (quem são os actores, quais as suas várias filiações, descrição do contexto físico) e vão progredindo até permitirem níveis de análise mais sofisticados da interface entre os membros das comu-

nidades e o ambiente ou da sequência dos acontecimentos, através de uma descrição pormenorizada de entradas e saídas de actores, mudanças nos seus posicionamentos e alianças, etc.

Os tipos de conflitos ou disputas ambientais identificados pelos autores são três e situam-se sempre dentro daquilo a que chamam “opções forçadas”, ou seja, situações em que as comunidades e os seus membros não podem senão reagir a uma perturbação ambiental com que são confrontados. São estas as disputas de conservação (*conservancy disputes*), relativas à protecção de áreas naturais, espécies animais ou de alguns artefactos humanos com relevância histórica, que visam a restauração de uma “natureza biocêntrica”; as disputas de localização (*siting disputes*), relativas à utilização de terrenos ou à modificação de instalações industriais ou outras, que reflectem uma preocupação com as consequências da natureza antropocêntrica para a saúde humana; e as disputas de exposição (*exposure disputes*), que se referem à luta contra riscos já existentes na área da(s) comunidade(s) onde se dá o conflito. Estes três tipos de disputas não são mutuamente exclusivos, podendo verificar-se todas as combinações possíveis entre eles.

É através destas três “lentes” e da identificação dos vários actores envolvidos que, nos capítulos seguintes (2 a 6), os conflitos ambientais, apresentados sob a forma de estudos de caso, que vão desde a tentativa de deslocalização de uma comunidade nativa americana para instalação de uma barragem, até à escolha de uma localidade para lixeira nuclear, são analisados de acordo com as várias dimensões relevantes para a compreensão do que está em jogo quando as comunidades colidem com o ambiente.

“Presença do passado”, “confiança e traição”, “conhecimento incerto”, “percepções de justiça” (*fairness*) e “actividade

oposicional e capital social”. São dimensões que têm em comum a ênfase que colocam nas vertentes culturais e valorativas (locais) das disputas ambientais, mais uma vez colocando em segundo plano as perspectivas modernizadoras que remetem a resolução dos conflitos ambientais para o domínio do mercado (global).

Para os autores, o que está em causa é a “caixa de ferramentas cultural” de cada comunidade e a forma como esta é utilizada para lidar com a “opção forçada”. E o recurso a essa “caixa é feito em situações tão variadas como quando, entre outras, recorrem ao papel da “história enquanto arauto” (*history as harbinger*) para justificar acções presentes com outras passadas, quando a acção das comunidades é pautada pela confiança ou traição percebida nas instituições públicas e empresas, quando os conflitos se desenrolam em torno (ou ao sabor) de disputas decorrentes do conhecimento incerto (dos peritos ou de grupos dentro das próprias comunidades) ou, quando são desencadeadas por percepções de justiça ou iniquidade resultantes de um determinado quadro moral.

Contudo, é na última dimensão apresentada, “actividade de oposição e capital social”, para a qual todas as anteriores concorrem, que esta abordagem começa a ganhar a sua própria especificidade epistemológica. Propõe-se, aqui, um olhar inverso: a actividade de oposição, pelas concordâncias e discordâncias que gera, altera a quantidade e a qualidade do capital social das comunidades, quer estejamos a falar do que é intrínseco a cada uma delas (*bonding capital*), quer dos laços que são criados ou destruídos com grupos e instituições exteriores (não locais) às comunidades (*bridging capital*) directamente envolvidas nas disputas.

Mas, se estas dimensões remetem todas para o plano dos factos sociais, a tese maior do livro adivinha-se desde o seu início,

quer pela opção por uma abordagem realizada a partir dos tipos de disputas anteriormente enunciados, quer pela escolha das dimensões através das quais o estudo da conflituosidade ambiental é considerada: contrariamente ao aforismo de Durkheim, os factos sociais não podem ser explicados apenas na sua relação com outros factos sociais.

Longe de ser abusiva e de extravasar aquilo que pode ser considerado como o domínio da sociologia, é o próprio objecto de estudo da sociologia do ambiente – a intersecção entre a sociedade e a natureza – que abre a porta a esta abordagem ao estudo dos

conflitos ambientais, a que os autores chamam realismo simbólico.

A ideia central é, assim, a de que o ambiente, embora incapaz de actividade simbólica, tem ciclos, ritmos independentes dos factos sociais que se impõem à conduta e consciência dos indivíduos, e que lhe são apostos. Ou seja, os factos “em bruto” (*brute facts*) têm agenciamento e concorrem para a explicação dos factos sociais, moldam-nos, mesmo, definindo em grande medida a forma como os conflitos são vividos pelas comunidades.

Eduardo Basto

Ana Campos, *Crime ou Castigo? Da perseguição contra as mulheres até à despenalização do aborto*. Coimbra: Almedina, 2007, 112 p.

O livro de Ana Campos foi editado em Janeiro de 2007, cerca de um mês antes do segundo referendo sobre a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez em Portugal. O resultado deste cifrou-se numa vitória do Sim à despenalização com 59,25 por cento dos votos, enquanto o Não à despenalização perdeu com 40,75 por cento dos votos e a abstenção a quedar-se por um total de 56,40 por cento do total dos/as votantes inscritos/as. Não é alheia a esta obra, de índole essencial para a compreensão do tema em questão, a ocupação profissional da autora, médica especialista em Obstetrícia e Ginecologia. Originalmente concebida como tese de mestrado, *Crime ou Castigo? Da perseguição contra as mulheres até à despenalização do aborto* assume-se como uma referência fundamental para uma percepção mais alargada de um tema que, pese embora as diferentes resoluções legais, estará sempre entre os mais controversos de uma sociedade. Diz-nos Ana Campos, na introdução a esta obra, cujo título é uma clara alusão ao romance de Fiódor Dostoiévski:

“Num debate que se pretende desapassionado, espero [...] contribuir para uma visão histórica acerca do conceito de aborto, das suas diferentes conotações, do papel da religião, da medicina e do poder governamental sobre o julgamento moral ou o seu enquadramento jurídico. Espero sinceramente que contribua de alguma forma para o esclarecimento de quem o ler.” (p. 10)

Os propósitos de Ana Campos (AC) são tão ambiciosos quanto necessários. Frequentemente toldado por opiniões e actos cortantes, incisivos e tantas vezes entusiasmados, o debate sobre o aborto nas diversas sociedades está pejado de diferentes representações e concepções pessoais de vária ordem que interferem de maneira evidente na sua análise. Entre estes factores, encontram-se mais frequentemente os morais, éticos e religiosos, dada a incontornável natureza delicada do tema em questão. A autora deste livro pretendeu, através de uma linguagem simples e acessível, dotar o/a leitor/a dos instrumentos por ela considerados necessários para uma correcta

avaliação e ponderação do tema do aborto. Tal como atrás referido, estes passam, entre outros mais minuciosos, pelos papéis desempenhados pela religião, pela medicina, pelo Estado e pelo direito. A ambição é notória, através de uma visão histórica não só do aborto, bem fundamentada, embora sintética. A verdade é que não é necessária uma larga extensão de texto para, neste caso, ficarmos correctamente informados/as sobre as variantes históricas e outros circunstancialismos de época que influenciaram as nossas percepções e concepções no que concerne ao aborto, à contracepção e à maternidade.

Efectivamente, os seis capítulos iniciais deste livro reflectem uma preocupação da autora em informar precisamente sobre as evoluções e involuções que decorreram sobre o conhecimento da contracepção e do aborto, do desejo de ter ou não filhos e em que momento, transcorrendo continentes, épocas, religiões, economia e política.

O capítulo inicial assume, nesse encadeamento, uma função generalista, que permite aceder a quem ler a obra um resumo sobre o que decorrerá nas próximas páginas. Sustenta que ao longo da história, o desiderato de ter descendência esteve sempre intimamente relacionado com “aspectos emocionais, económicos e sociais que são essenciais na vida humana” (p. 11). Revelando uma realidade matizada para as diferentes classes sociais e métodos utilizados para regular essa descendência, constatamos que o aborto, fruto do desconhecimento de técnicas avançadas ou efectivas de contracepção, era “como que um episódio de um *continuum* contraceptivo, sendo uma prática tolerada e aceite em muitas sociedades da Antiguidade” (p. 11). Aliás, nesta época, o “controle populacional era obtido essencialmente através de uma alta taxa de mortalidade, pelo aborto e o infanticídio” (p. 15). A fertilidade era

tema de vasta análise, tendo inclusivamente despertado o interesse de Platão e Aristóteles que discorreram sobre o tema.

Posteriormente, a chegada de argumentos demográficos, assim como a diminuição do papel e estatuto das mulheres com o passar dos séculos, terá despoletado parte da condenação moral ao aborto que hoje vivemos. Uma adenda a estas contingências deu-se aquando do declínio do Império Romano do Ocidente, em que “surge uma nova moral, e a vida familiar toma-se então o pilar da sociedade, substituindo as festas e orgias; é abolida a consideração, até aí comum, da sexualidade como algo de saudável, e os ‘excessos sexuais’ são condenados; nas representações artísticas, os nus são substituídos por figuras vestidas. Não foram pois, os cristãos mas os filósofos estóicos quem esteve na origem da mudança ideológica que levou a mudanças de atitudes e ao puritanismo.” (p. 18)

No dealbar da era cristã, estas normas foram adoptadas, tornando-se a sexualidade um “mal a combater” (p. 19). À luz dos escritos religiosos, a relação sexual sem fim de procriação deveria ser abolida, bem como todo e qualquer método contraceptivo então praticado, como, por exemplo, o coito interrompido. O aborto, o infanticídio, a magia, a homossexualidade, o incesto e o adultério estavam entre os princípios a evitar. AC menciona vários autores com interferência directa na percepção dos temas relativos à sexualidade, como Agostinho, Clemente de Alexandria e Tomás de Aquino. Estes anos trouxeram uma novidade sobre o aborto por parte da Igreja. Para esta, o aborto praticado até quarenta dias após a concepção não era criminalizável, pois o embrião ainda não tinha adquirido a alma. A contracepção adquiriria, neste quadro, contornos mais graves do que o aborto, sendo a forte repressão sobre as mulheres particularmente acentuada relativamente às que utilizavam métodos con-

traceptivos. As mulheres eram vistas apenas como “animal sexual insaciável”, causadoras dos males do mundo (p. 22). As populações continuariam, no entanto, a adoptar os comportamentos impostos pela Igreja conformando-os às suas necessidades.

O capítulo quarto, dedicado ao período compreendido entre a Reforma e o Neomalthusianismo, faz uma caracterização determinante da sociedade sobre outros processos que foram surgindo e reflectiam uma maior preocupação da população, nomeadamente sobre a idade do casamento, cada vez mais tardia, e também razões económicas que subjazeram à castidade proposta pela moral vigente. No fundo, a conjugação destes aspectos não era mais do que uma forma de controlo demográfico.

O coito interrompido era um método comum de contracepção e o aborto um “método de recurso de controle da fertilidade” (p. 27). O Estado começou a reforçar o controlo de algumas práticas sociais, como o aborto e o infanticídio, estabelecendo leis mais restritivas em finais no séc. XVIII e inícios do séc. XIX, e a ciência médica, com progressivamente maior poder e a conhecer avanços significativos no campo do conhecimento do processo de reprodução, aliou-se à Igreja e aos governos no combate ao aborto. O dobrar do séc. XVIII para o séc. XIX é uma época de mudança, em que as próprias relações dos casais se modificam. A emoção toma o lugar de baluarte máximo das relações, voltando a dissociar-se a “procriação do prazer sexual e a considerar-se novamente o prazer e a felicidade como fazendo parte da legítima aspiração dos indivíduos” (p. 29). Começa então a decrescer o número de filhos. Para a autora, “[t]alvez um facto marcante desta época seja que a contracepção passa a ser socialmente justificada para limitar o número de filhos do casal, mas

também para assegurar a saúde da mulher e dos filhos.”

Com o *Ensaio sobre a população*, de Malthus, em 1798, desencadeia-se toda uma reacção que levou à propagação generalizada dos métodos contraceptivos para controlo dos nascimentos. Esta divulgação estendida por vários países levou à criação de vários movimentos, dos quais se destaca a Liga Malthusiana. O neomalthusianismo, agregação de todas estas correntes, teve interferência directa com outros aspectos da vida social e económica, sendo criadas ainda algumas correntes a favor das mulheres, já que a contracepção permitiria a sua dignificação. Dos movimentos pró-contracepção à transição destes temas para o campo político, foi um ápice. Estavam lançadas as bases para um conhecimento disseminado dos métodos contraceptivos, adicionando o facto de que a ciência estava a ser, através da criação dos preservativos pela descoberta da vulcanização da borracha, forte aliada deste fenómeno.

A consequência foi o forte decréscimo das taxas de natalidade. Por toda a Europa, no séc. XX, as famílias foram tendo cada vez menos descendentes, o que levou à proibição de publicidade aos métodos contraceptivos, a sua confiscação, a adopção de medidas de controlo de natalidade pelo Estado pela criação de leis restritivas ou liberais sobre a contracepção e aborto conforme os seus desígnios (como a ex-URSS), e uma maior discrepância de cuidados de saúde conforme se tratasse de mulheres mais ou menos abastadas.

A pílula contraceptiva, baseada em conhecimento científico, constituiu a grande revolução no âmbito da saúde sexual e reprodutiva no séc. XX, permitindo a dissociação completa entre reprodução e sexualidade, embora atribuisse à mulher toda a responsabilidade pelas práticas contraceptivas. A melhoria substancial dos métodos contraceptivos não conseguiu, no entanto,

eliminar a realidade do aborto clandestino, pelo que a legalização do aborto se tornou um tema fundamental dos movimentos pelos direitos das mulheres. Nos anos 60 e 70, alguns países adoptaram legislação que legalizou o aborto, reduzindo em grande escala a mortalidade e morbilidade associada ao aborto clandestino.

As legislações em todo o mundo são muitíssimo díspares. Entre algumas completamente restritivas e outras imensamente liberais, o panorama mundial é dissemelhante. Apesar dos números estimados do aborto clandestino a nível mundial, alguns países continuam a não respeitar as recomendações derivadas da Conferência do Cairo em 1994, de onde derivou a definição de saúde sexual e reprodutiva.

Nos sétimo e oitavo capítulos, a autora dá-nos uma perspectiva geral do aborto no mundo actual, baseando-se em números, taxas e estimativas oficiais, relacionando-o não só com o exposto no parágrafo anterior, mas também com outras questões de índole cultural e social, como a educação sexual e a ausência de métodos contraceptivos, por desconhecimento ou falta de acesso, preferências reprodutivas e comportamentos sexuais, entre os principais motivos. Chegamos então ao panorama português. Como indicado, não foi casual a data de lançamento do livro. Com um referendo sobre a despenalização do aborto a breve trecho, importava informar sobre como é que todos estes processos foram vividos em Portugal, enquanto país integrado no continente europeu e, portanto, sujeito a tendências mais generalistas, mas igualmente quais as suas singularidades e especificidades relativamente a outros países europeus e, num nível mais alargado embora já não tão determinante, mundiais. Como no caso da economia, por exemplo. Conforme AC, “a especificidade económica de Portugal permitiu contudo que nunca tivesse havido a subida da taxa de

natalidade que se verificou em outros países da Europa, com a revolução industrial” (p. 61).

Deu-se, contudo, alguma actividade da corrente neomalthusiana. Não tão forte como noutros países, é certo, mas a suficiente para que se recusasse o aborto mediante duas tendências: uma, a dos médicos, que consideravam ser a destruição de um ser, de uma vida; e outra, mais libertária, que afirmava ser o aborto algo de risco elevado para a saúde da mulher. O fenómeno do aborto clandestino foi ganhando visibilidade na sociedade portuguesa, bem como a relação entre este e os meios económicos das mulheres que o procuravam, existindo uma causalidade entre problemas de saúde daquele decorrentes e o fraco sustentáculo económico.

Com a revolução de 25 de Abril de 1974, começaram a dar-se em Portugal os primeiros passos para a consolidação do Planeamento Familiar em Portugal, com a criação de consultas de Planeamento Familiar nos Centros de Saúde. A família portuguesa também mudou. Os casais começaram a “preocupar-se com a sua realização pessoal, felicidade dos seus membros e educação dos filhos” (p. 66). Continuou a existência de aborto clandestino, cuja legislação, de 1886 foi apenas alterada pela de 1984, dando-se a punição de mulheres nesse âmbito. A luta pela despenalização do aborto, iniciada apenas a partir de 1979, tem como razões desse atraso a interferência da Igreja Católica e de um regime autoritário que vigorou em Portugal durante 48 anos, que “dificultou a discussão de temas relacionados com a sexualidade” (p. 67). É-nos facultado, então, um resumo histórico sobre o conturbado processo político e criminal da lei do aborto em Portugal, semelhante, de resto à lei espanhola, o que motiva umas breves referências sobre o porquê, então, de utilizações tão desiguais da lei nos dois países. O sector privado da

saúde e a interpretação abrangente dos médicos espanhóis da sua lei emergem como agentes essenciais.

Parte então a autora para um momento de intenso debate na sociedade portuguesa, o referendo sobre a despenalização do aborto em 1998 e que, apesar de agitado, manteve a lei restritiva do aborto. Analisando e avaliando os números subsequentes a esta data sobre os motivos que levaram tantas mulheres ao longo desses anos a hospitais públicos, AC demonstra “algumas características associadas à prática do aborto clandestino: não há acompanhamento contraceptivo posterior e há elevada probabilidade de complicações. Também se verifica que a sua prática é comum em todos os grupos etários e sociais e existe apesar da crença ou prática de religião.” Propõe como medidas a adoptar a informação sexual e educação sexual no país com a segunda maior taxa de gravidez na adolescência da Europa. Mas porquê essas gravidezes que, na esmagadora maioria dos casos, são indesejadas? Este é o mote para mais um capítulo desta obra. Também na sua condição de médica especialista em Ginecologia e Obstetrícia, AC indica que “as gravidezes não desejadas são múltiplas, mas estão sempre associadas a falha ou desconhecimento contraceptivo” (p. 78). A realização de aborto é, no entanto, bastante mais segura que há umas décadas atrás. Se realizado por profissionais de saúde em estabelecimento adequado, tem uma garantia quase incorruptível de segurança para a saúde da mulher. Não tanto no campo psicológico, onde o apoio social, de companheiro, amigo ou familiar é fundamental para não tornar aquele acto algo de traumático. Alvitra como fundamentos a ter em conta a “integração da sexualidade num nível individual e social, a integração da contracepção nos comportamentos sexuais, o seu uso com eficácia” (p. 77).

Nas considerações finais, AC interroga-se sobre a existência de uma nova ética sobre o aborto, tema polémico e controverso em todas as sociedades, com todas as noções éticas, sociais, morais, religiosas e filosóficas sobre, por exemplo, o início da vida e o início da pessoa humana. Não é uma questão simples de responder, como atesta todo o debate em seu torno. Os avanços científicos, nomeadamente as tecnologias de visualização médica, permitiram “ver” o corpo, o que consequentemente acarretou maior emoção para um debate já de si multifacetado. Recorrendo a autores/as como Frances Kissling ou Santos Jorge, AC tece outros factores embrenhados no direito, com a alteração jurídica entre o direito à vida do feto e o direito reprodutivo da grávida, a questão do seu direito à escolha, enquanto pessoa, “com estatuto e direito de autonomia pessoal” (p. 105) e de como o aborto levanta a barreira entre qual a totalidade de direito entre cada um deles, e qual a negociação possível. Os argumentos feministas estão também contemplados nesta análise.

Não é ligeira a tarefa que AC empreendeu. O debate sobre o aborto, repleto de intervenções acesas pela proximidade que desperta, nem sempre está fundamentado em conhecimentos sustentados. Este livro, precisamente pela grande diversidade de fontes a que recorre, assim como pela capacidade de síntese e intervenção de vários pontos de análise, rompe com a concepção de uma contenda desprovida de bases sólidas. A ausência de análises mais pormenorizadas e completas a estudos realizados em Portugal é o maior senão de um livro bem escrito e organizado. No último parágrafo, AC manifesta a sua posição pessoal:

“Mas não pode ser dado hoje nenhum contributo mais importante para o virar de página quanto ao respeito pelas mulheres do que a despenalização do aborto. Ao

legalizar o aborto e terminar a perseguição às mulheres que abortaram, a lei estará a dar um sinal de adaptação à realidade, mas, mais do que isso, estará a mostrar como assume o sentido profundo da liberdade e responsabilidade.”

Concorde ou não o/a leitor/a com esta posição, o facto é que este livro é um óptimo

exercício histórico que permite rever, de uma maneira breve e sintética, aqueles que têm sido os marcos fundamentais numa história tão antiga quanto controversa, cumprindo amplamente o seu papel de contributo para o esclarecimento necessário.

Carlos Barradas